

O Libelo do Povo: um incêndio em terras saquaremas

Roberto Saba*

Resumo: A primeira geração de escritores românticos do Brasil-Império esteve fortemente ligada a um projeto de nação que visava excluir a maior parte dos brasileiros da participação política: Magalhães, Varnhagen e tantos outros expressaram através das letras concepções eminentemente conservadoras da política. Todavia, um dentre os principais românticos das décadas de 1830 e 1840 foi um entusiasta dos ideais políticos radicais surgidos da Revolução Francesa: seu nome era Francisco de Sales Torres Homem, um jovem talentoso que via o princípio da soberania popular como uma possibilidade viável para a consolidação do Estado e da nação brasileira.

Palavras-chave: Romantismo, Participação política, Nação.

Abstract: The first generation of romantic writers in the Brazilian Empire was strongly connected to a national project that wanted to exclude the majority of the people from political participation: Magalhães, Varnhagen and many others expressed themselves through writings that carried very conservative political positions. Notwithstanding, one among the romantic writers of the 1830's and the 1840's was an enthusiast of radical political ideals that emerged from the French Revolution: his name was Francisco de Sales Torres Homem, he was a talented young man that saw the principle of popular sovereignty as a true possibility to be used to consolidate the State and the Brazilian nation.

Keywords: Romanticism, Political participation, Nation.

O Romantismo no Brasil: revisão bibliográfica

Nos últimos dez anos surgiu uma boa safra de trabalhos acadêmicos sobre o Brasil Império; não somente historiadores, mas também sociólogos, antropólogos, críticos literários e cientistas políticos passaram a se interessar por temas do século XIX e, dentre eles, a formação da identidade nacional brasileira ganhou verdadeiro destaque. Dentro desta busca pela peculiaridade do processo de construção de nossa nacionalidade, muitos estudos analisaram a produção e a sociabilidade de certo grupo de letrados que é conhecido como a primeira geração romântica.¹

Um dos marcos dessa onda recente é o estudo que Lilia M. Schwarcz empreendeu sobre a construção da imagem de D. Pedro II. Em *As Barbas do Imperador*, a antropóloga mostra como o monarca reuniu em torno de si importantes letrados e chegou mesmo a patrociná-los. A autora explica que “é com a entrada de D. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o Romantismo brasileiro se transforma em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as ‘originalidades locais’.” (SCHWARCZ, 1998: 131)

A historiadora Letícia C. Squeff, no estudo que fez sobre a trajetória de Manoel de Araújo Porto Alegre, explica a vinculação entre homens de letras e política no Brasil Império pela impossibilidade de se criar no país uma esfera ampla de circulação de bens culturais devido à alta taxa de analfabetismo, que beirava então 80%. A partir daí, ela mostra qual foi o desdobramento mais funesto da condição dos homens de letras brasileiros: “a necessidade de garantir apoio do governo (...) daria à produção um tom acríptico. Sem a luta contra a sociedade, o nosso ‘Romantismo’ não se expressaria como auto-reflexão, como ocorrera com o Romantismo europeu.” (SQUEFF, 2000: 43)

Para o cientista político Bernardo Ricupero, o Romantismo brasileiro surgiu como base ideológica para o estabelecimento da hegemonia dos grupos ligados ao Regresso conservador, que vigorou no Brasil entre o final da Regência e a primeira década do Segundo Reinado. Visava-se “pôr fim aos conflitos que prevaleceram durante a Regência, afastando o espectro de anarquia social e racial.” (RICUPERO, 2004: 114) Junto da centralização política, a ordem se estabelecia na década de 1840 através de uma interpretação da história que colocava o Estado imperial como o guardião da paz e da unidade nacional brasileira.

Num livro recente, Valdeir L. de Araujo demonstra que a geração de homens de letras que sucedeu a de José Bonifácio veio afirmar o papel da dominação conservadora como algo necessário para se colocar ordem num momento em que as “várias crises políticas e revoltas em diversos pontos do Império fizeram esse otimismo [liberal] ceder lugar a um profundo ceticismo quanto à capacidade de a ‘Nação’ governar a si mesma.” (ARAÚJO, 2008: 138) O abandono dos princípios revolucionários do liberalismo transformaram a nação numa “substância histórica a ser produzida por uma ação estatal coordenada por administradores e intelectuais.” (*ibidem*: 138-139) A constituição do IHGB e de um projeto para se escrever uma História Geral do Brasil foram responsáveis pela consolidação final do novo conceito de nação brasileira que se desdobraria até o fim do Império.

Os trabalhos supracitados compartilham, ainda que com mediações relevantes, da visão que o historiador Ilmar R. de Mattos faz dos fundadores e consolidadores da dinâmica política do Segundo Reinado. Segundo o autor de *O Tempo Saquarema*, a elite política que estabilizou o regime monárquico no Brasil tinha os olhos na Europa e os pés na América. Se, por um lado, imitava os europeus para construir um Império de acordo com os preceitos do Iluminismo e da Revolução Francesa; por outro, tinha

os pés na América como resposta às rebeliões, sedições e insurreições; sublinhando a particularidade da sociedade imperial, ao apresentar os elementos particulares constituintes, distintos e hierarquizados, dos mundos do Governo, da Desordem e do Trabalho: o Povo, a plebe e os escravos, respectivamente. Sociedade singular porque ao Povo, somente ao Povo – entendido de modo semelhante ao *popolo* florentino (‘cidadãos economicamente ativos’) e ao *povo* da república holandesa (‘homens honestos, trabalhadores e responsáveis’) – competia a sua direção, o princípio monárquico impondo-se ao princípio republicano. Uma sociedade cuja individualidade coube ao Romantismo destacar, ao recuperar criativamente as características sociais, a língua, os costumes e as instituições que distinguiam o Brasil. (...) Uma sociedade diferente das da Europa por se apresentar tendendo à desagregação e anomia, e assim motivando os que a dominavam e pretendiam dirigi-la, ao lado de medidas estritamente políticas, a criação de imagens, logo traduzidas em ações, objetivando a preservação da coesão de seu conteúdo – um território unificado, num continente sem comoções, a sua continuidade – na figura do Imperador, e na coexistência fraterna dos seus elementos constitutivos – a miscigenação e a confraternização racial (MATTOS, 2004: 140-141).

A hegemonia conservadora – ou saquarema – se impôs no Segundo Reinado, isolando o idealismo liberal que agitara a plebe² no Brasil das décadas de 1830 e 1840. Acontecimentos como os quebra-quebras antilusitanos, a Cabanagem, a Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, os levantes de Minas e São Paulo, a Praieira etc. haviam sido causados, do ponto de vista saquarema, pelo descontrole que o radicalismo liberal estrangeiro tinha inculcado em grupos oportunistas. Para que a ordem fosse mantida nas mãos dos “homens bons” era necessário que tanto os escravos quanto os homens livres pobres fossem mantidos sob rígido controle. A estabilização do regime político brasileiro se fez pela exclusão da maioria da população do pacto político. O Romantismo, então, foi funcional para que se construísse a imagem de um Brasil pacífico em que nem os pretos e nem a malta desordeira pudessem ter voz política. Tal imagem colocou a ordem antes da liberdade, colocou o Brasil como uma peça *sui generis*, mas ainda assim parte integrante do mundo ocidental. Os românticos foram fundamentais para que a hegemonia do poder se fixasse nas mãos do grupo que, com o fim da experiência republicana da Regência, controlou o Regresso conservador.

Radicalismo na terra dos papagaios

Antes que se afirme que o Romantismo no Brasil Império não foi mais do que um instrumento da ordem saquarema, há que se investigar um pouco melhor algumas obras não- canônicas do período. Cabe a Antonio Candido o mérito de ter apontado para uma vacilação no seio da primeira geração romântica brasileira. No seu clássico estudo sobre a formação da literatura no Brasil, ele nos dá um retrato de alguns românticos que, de certo modo, destoam da imagem que fazem deles os estudos recentes. O crítico literário não nega que a tendência daqueles homens de letras tenha sido, majoritariamente, encaminhar-se para “o conformismo, o decoro, a aceitação pública” (CANDIDO, 2007: 368). Vinculando-se ao IHGB e ao monarca, a primeira geração romântica se transformou num grupo de homens favoráveis à ordem e à moderação. Todavia, Candido aponta que

se passarmos ao setor político, verificaremos nos escritores dessa fase outros traços, nos quais (...) reponta certa dualidade de tendências. Formados nos últimos anos do Primeiro Reinado ou no período

regencial, impregnaram-se quase todos da densa atmosfera, então vigente, de paixão partidária e ideológica (*ibidem*: 370).

João Francisco Lisboa, Teixeira e Souza, Gonçalves Dias e outros escreveram obras críticas sobre a realidade nacional; porém, foi Torres Homem quem chegou ao extremo: sob a máscara de Timandro, ele desenvolveu “uma atitude liberal extremada, antimonárquica, federalista, democrática, favorável às conquistas populares, entusiasta das revoluções de 1848 na Europa, que descrevia ameaçadoramente, com vistas ao jovem soberano” (*ibidem*: 373).

Dentre os membros da elite brasileira oitocentista, Francisco de Sales Torres Homem teve, certamente, uma das trajetórias mais fascinantes. Nascido na corte em 1812, mulato, filho de padre comerciante de escravos e de uma preta quitandeira, formou-se médico. Jornalista discípulo de Evaristo da Veiga, romântico em Paris, fundador da *Nitheroy*, escritor de talento, planejador social e econômico, anti-escravista, deputado, rebelde luzia, preso político, entusiasta da Praieira, panfletista incendiário, ídolo liberal, desafeto de D. Pedro II. Exilado em Portugal, dândi, financista, conciliador, fiel escudeiro do Marques do Paraná, funcionário do Tesouro, estadista saquarema, homem forte de D. Pedro II, símbolo do conservadorismo, presidente do Banco do Brasil, centralizador, ministro da fazenda. Inimigo de Zacarias de Góis, conselheiro, senador pelo Rio Grande do Norte, pivô da crise de 1868, defensor das reformas Rio Branco, visconde... Francisco, Timandro, Torres Homem, Visconde de Inhomirim... Tudo isso ele foi e, diriam muitos dos seus contemporâneos, o foi com muita competência. Dentre os membros da primeira geração romântica, Torres Homem certamente foi, na juventude, o mais radical e, na maturidade, o que mais se destacou na arena política do Império.³

Uma biografia de Francisco de Sales Torres Homem seria um trabalho muito revelador da dinâmica cultural e política do Segundo Reinado. Porém, as limitações do presente estudo permitirão apenas tratar de uma faceta de um dos mais importantes (e polêmicos) letrados e estadistas do Império brasileiro. A face a ser revelada aqui será a de Timandro: o portador de um Romantismo liberal e radicalizado no seio da primeira geração romântica do Brasil.

Amigo de Gonçalves de Magalhães desde a infância humilde no Rio, Torres Homem passou seus anos de estudante freqüentando com este e com Manuel de Araújo

Porto Alegre os salões, as livrarias, as confeitarias e os clubes da corte. O já experiente jornalista liberal Evaristo da Veiga foi o patrono e a maior influência da juventude destes rapazes talentosos. Foi Evaristo quem impeliu Torres Homem, com vinte anos de idade então, a se inscrever na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e a escrever artigos políticos para a *Aurora Fluminense* (Cf. SQUEFF, 2000: 45).

Em 1836, o médico recém-formado, novamente auxiliado por Evaristo da Veiga, conseguiu uma posição de adido junto à Legação do Brasil em Paris. Ao lado dos amigos que também haviam recebido o favor de Evaristo – Porto Alegre e Magalhães –, Torres Homem fundou a *Nitheroy: revista brasiliense de ciências, letras e artes*. Apoiados na França pelo fundador do Instituto Histórico de Paris, Eugene de Monglave, os três jovens se colocaram a estudar e a escrever sobre comércio, agricultura, literatura, música, artes, ciência, tecnologia, história etc. O projeto deles era resgatar a peculiaridade nacional do Brasil através das formas intelectuais mais elevadas da cultura ocidental. Segundo o cientista político Bernardo Ricupero, aquela revista significou o “nosso grito de independência intelectual”, dado, é claro, em Paris – “capital do século XIX” – mas, mesmo assim, levando a sério a epígrafe contida no primeiro número: “tudo pelo Brasil, e para o Brasil” (Cf. RICUPERO, 2004: 89).

A *Nitheroy* não passou do segundo número, porém o grupo de Paris não se desfez. De volta ao Brasil, Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre fortaleceram seus vínculos de amizade e ainda incorporaram ao seu círculo outros jovens de talento, como Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias. Com a morte de Evaristo da Veiga em 1837, a “panelinha de São Cristóvão”⁴ passou a ser o centro das atenções dos ilustrados da corte. Queridos pelo jovem e interessado Pedro II, os românticos brasileiros passavam, cada vez mais, a tomar posições em prol da monarquia nacional – seus trabalhos, literários ou científicos, visavam edificar a pátria, a religião e a ordem. Até o começo da crise do Império, finais de 1860 e início de 1870, a vida cultural do Rio de Janeiro foi dominada pelo grupinho romântico (Cf. SQUEFF, 2000: 52-57).

Quando voltou ao Brasil em 1837, Torres Homem já se tornara jornalista reconhecido, apontado por muitos como o sucessor do falecido Evaristo da Veiga devido ao seu talento literário e à sua independência intelectual. No *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, no *Despertador* e n’*O Maiorista*, o jovem romântico chegou a

entrar em acalorados debates com Justiniano José da Rocha, arauto do jornalismo conservador. Em 1842, Torres Homem – recuperando a rebeldia que se amainara no meio letrado fluminense desde a morte de Evaristo da Veiga – se juntou a uma associação de liberais exaltados, a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, da qual Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni e José Martiniano de Alencar (pai) eram os nomes mais eminentes. Era o primeiro passo desviante na trajetória dos primeiros românticos do Brasil: com seus novos amigos, Torres Homem apoiou os rebeldes de Minas e São Paulo e acabou preso como agitador político, juntamente com Limpo de Abreu, na fortaleza de Santa Cruz e, depois, na da ilha de Villegaignon. Da prisão seguiu para o exílio em Portugal (Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, 1956: 4-5).

Eleito pelo partido liberal cearense para a Câmara dos deputados do turbulento ano de 1842, ele não pôde assumir sua cadeira, pois a casa baixa do parlamento foi previamente dissolvida pelo poder moderador, devido à rebelião dos liberais mineiros e paulistas. Depois do exílio, Torres Homem voltou a se eleger, desta vez por Minas Gerais, para a legislatura que durou de 1845 a 1847; logo em seguida, em 1848, se reelegeu para a Câmara, agora pela sua província natal (Cf. *ibidem*: 5-6). Em 1849, frente a mais uma dissolução, à violenta repressão ao movimento praieiro em Pernambuco e ao assassinato do líder rebelde Joaquim Nunes Machado, Torres Homem não mais se conteve e deu vida a Timandro, que entregou ao Brasil o *Libelo do Povo* – a peça literária que continha aspectos do Romantismo mais radical daquele tempo.

Fogo nas barbas do imperador

Quando o *Libelo do Povo* foi publicado, em 1849, o jovem imperador apenas começava a cultivar as longas barbas que lhe caracterizariam durante a maturidade. Porém, elas já haviam criado fortes raízes e o Império vivia o final da fase política mais turbulenta pela qual o país já passou. O panfleto incendiário de Timandro, então, representou um dos últimos suspiros de uma corrente de rebeldia que agitara o Brasil nas décadas de 1830 e 1840. Depois de 1849 – com exceção de alguns pronunciamentos pontuais de eternos exaltados como Ottoni, Lisboa ou Bonifácio, o moço – o Império só viveria uma grande comoção interna com a campanha abolicionista da década de 1880.⁵

Sobre o motivo que levou Torres Homem a escrever sob o pseudônimo de Timandro, a hipótese de que quisesse manter sigilo sobre sua identidade deve ser logo descartada. A corte brasileira era um pequeno mundo, uma panelinha onde todos se conheciam e, por isso, qualquer um desmascararia alguém que tentasse camuflar sua identidade. É mais provável, então, que se aplique ao caso do pseudônimo escolhido por Torres Homem o mesmo princípio que o historiador José Murilo de Carvalho utilizou para explicar a origem do pseudônimo de outro escritor liberal do Império, João Francisco Lisboa. Este escolheu Timon inspirado no Visconde de Cormenin, defensor do sufrágio universal, que, sob o mesmo pseudônimo, atacara o rei Luiz Felipe da França. O panfletista francês, por sua vez, se inspirara no *Timon de Atenas, o misantropo*: frente à consolidação da Monarquia de Julho, o escritor liberal assumiu uma atitude pessimista, avessa à realidade tirânica da França pós-1830 – a escolha do pseudônimo corroborava o posicionamento político de Cormenin. O mesmo quis fazer Lisboa frente às condições eleitorais do Maranhão e de todo o Império. Segundo Carvalho, a escolha do pseudônimo “tratava-se antes de marcar uma postura diante da realidade da província, sobretudo da realidade política” (CARVALHO, 1995: 17). Torres Homem, desgostoso com as ações repressivas dos conservadores no poder, adotou uma corruptela do já famoso e significativo pseudônimo.

Timandro, no *Libelo do Povo*, se utiliza de elementos do Romantismo mais radical para interpretar a história do Brasil. Seu panfleto tem finalidade eminentemente política e o problema que o leva a escrever é identificado logo de cara.

Aos 29 de setembro de 1848, a causa constitucional sofreu em nossa pátria um novo eclipse. Alucinada pelo mais vil dos sentimentos, a corte fechou repentinamente os olhos ao fúnebre clarão, que espargia nossa história recente, como o farol aceso no meio dos escolhos depois de um grande naufrágio. Um acesso de pavor das idéias do século, uma desconfiança injusta e covarde da lealdade e do bom senso dos Brasileiros, foi tudo o que bastou, para que num instante se preterissem os primordiais princípios da constituição, e a nação se visse com espanto outra vez transviada do caminho, onde no fim de tantas procelas havia entrado com toda a energia de seus votos, com todo o ardor da esperança de um futuro melhor (Torres Homem. *apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1956: 47).

A nação brasileira, que caminhava rumo às idéias mais avançadas do século, havia sido desviada da rota pela volta dos saquaremas ao poder. A corte, movida pelo

favoritismo e pela corrupção, fizera o seu papel ao colocar um empecilho no caminho da liberdade; o partido conservador, guindado por D. Pedro II ao poder em 1848, foi o bastião da “reação contra o espírito liberal do Brasil” (*ibidem* : 48). Fundado de acordo com princípios políticos modernos, o Brasil caía, na visão do panfletista, mais uma vez, num passado cheio de amarguras, num drama cheio de lágrimas e terror. Logo no início, Timandro traça um panorama conflituoso que será seguido até o final.

A batalha entre tirania e liberdade é o fundamento da história para o autor do *Libelo do Povo*: Timandro insere o Brasil no movimento histórico do mundo ocidental. Como tinham feito os europeus naquele revolucionário ano de 1848, os brasileiros deveriam lutar para que o povo se afirmasse como soberano. O mundo passara por uma dramática reviravolta quando, cansados da tirania que seguira a vitória da Restauração, os povos novamente imbuíram-se do espírito da liberdade nascido em 1789.

Eis logo o impulso da nova cruzada, a França, que tem a glória da iniciativa em todos os grandes fatos da civilização, ergue-se em pé, e precipita sobre as lages das barricadas o trono de um rei pertinaz em governar a pretexto da ordem contra as necessidades do movimento, contra as legítimas exigências da democracia, e que antepusera a causa egoísta da dinastia, e o interesse de pater-famílias à influência, à preponderância, e à glória do povo (*ibidem* : 49-50).

Hoje sabemos qual foi o caminho tomado pela França e por todo o mundo ocidental após a Primavera dos Povos (Cf. HOBBSAWN, 2001), contudo Timandro ainda vivia o otimismo de 1848 quando compôs sua obra. A democracia – o escritor interpretava o dito de Chateaubriand em *Génie du Christianisme* – voava sobre a Europa. O estampido da queda de Luiz Felipe ressoara desde os Alpes até a Boêmia... Às luzes contidas na ação popular se contrapunha a violência desenfreada de governantes sem legitimidade e de aristocratas conspiradores. Não obstante, era o impulso popular que heroicamente prevalecia.

Enquanto as iluminações, o tanger dos sinos, os cânticos de glória e o ribombo da artilharia assinalam na Áustria as vitórias da democracia, e suas puras alegrias, há um homem que vagueia de cidade em cidade através da Alemanha, solitário, fugitivo, aterrado, que cuida ouvir no adejar da brisa, e no murmúrio da fonte o ruído dos passos da vingança social, que segue os seus; um homem que bate a todas as portas amigas, e a quem nenhuma se abre, como se estivera inçado da peste, ou ferido pela maldição do céu. (...) Possa a queda do príncipe

de Metternich ser mais uma lição, de que não há grandeza sólida e durável para os inimigos da causa do povo; e que o favor e conivência dos príncipes não bastam para escorar esses castelos edificadas à beira do precipício, e que o primeiro sopro da borrasca derruba e aniquila (Torres Homem, *op. cit.*: 57-58).

A marcha da liberdade transformara o defensor da Santa Aliança numa sombra errante. Contra as cortes, os favoritos e os bufos, triunfava a alma dos povos. Em Berlim, em Paris, em Roma, em Viena, no mundo triunfava o ardor da liberdade. Ao ouvir o estampido da queda de um rei tirânico ou o rufar dos tambores dos batalhões populares vindos de algum outro lugar, as nações se prontificavam a aderir ao movimento revolucionário. O *Libelo do Povo* – uma ressonância da Primavera dos Povos – se incumbia de fazer ouvir no Brasil a algazarra que anunciava uma nova era. Sua missão era hercúlea, já que os acontecimentos recentes haviam tirado o país do caminho natural da liberdade:

Num instante toda esta seguridade é trocada pelo alarma; e ameaça-se nossa liberdade, que nenhuma culpa tivera dos trances porque passaram na Europa os cunhados, e parentes do reposteiro⁶. Qual será o desenlace dessa agressão, que começa atroz e horrível, arrancando nossas províncias do sossego de que gozavam, e tornando-as vítimas das misérias e calamidades da conquista? Vencerá aqui a tirania, que sucumbe no resto do mundo? Não; o ídolo insaciável, a quem não fartou o sangue dos Mineiros e Paulistas, e que hoje devasta Pernambuco, há de reconhecer, que a rocha sobre que está firmada a liberdade do Brasil, e que é a natureza mesma das coisas, não se abala sem perigo para quem o tenta (*ibidem*: 60).

O Brasil, de acordo com Timandro, estava inserido na batalha do seu tempo: os levantes de 1842 e 1848 significavam muito para Torres Homem, que, como já ficou dito, sofreu as conseqüências de ser um liberal radical no Brasil em que se buscava fixar a ordem saquarema. Perseguido, preso e impedido de cumprir seus mandatos parlamentares pelas constantes dissoluções, o jovem romântico adotava no *Libelo* um discurso que ameaçava a ordem estabelecida.

Depois de inserir as rebeliões brasileiras na dinâmica mundial, Timandro passa a contar a história da pátria a partir do dualismo – liberdade vs. tirania. Seguem-se cinco capítulos em que o autor enfoca, principalmente, os eventos que se passaram no período em que o Brasil já era independente. Tal recorte cronológico se deve ao fato de que a

independência marcou, segundo ele, a entrada do país na esfera do mundo civilizado; foi ela que nos livrou das garras de um poder arcaico e estranho ao nosso povo.

A revolução da independência, que devolveu-nos a posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo. No interior, como no exterior, esse princípio, que é a pedra angular dos estados livres, tornava-nos os árbitros únicos, supremos, e absolutos de nossos próprios destinos. Só do povo; só de suas luzes, e espontânea deliberação pendia a escolha da organização política, que desde então devia regê-lo; só a ele, e a mais ninguém cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade. Todos os laços, que prendiam-nos ao passado, estavam mortos; tínhamos recebido uma segunda vida, uma segunda natureza, que anulava e excluía as pretensões da realeza de conquista (*ibidem*: 62).

O ato da soberania popular, uma vez dado, começou a ser corrompido pelas forças da tirania. Contra elas, o princípio da liberdade sempre se levantaria, fosse de maneira pacífica, fosse revoltosamente. A história do Brasil, então, reencenava o movimento da história universal: liberdade e opressão se alternavam sem cessar, pelo menos até aquele momento decisivo para toda a humanidade – a Primavera dos Povos.

Das muitas passagens polêmicas do *Libelo*, aquela que mais chocou os contemporâneos foi a descrição dos antepassados dos monarcas brasileiros.

Examinai, propõe Timandro, a história de qualquer outra raça Real, e entre a longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados, um ou outro encontrareis, sobre quem a posteridade possa repousar os olhos com satisfação. Na dinastia bragantina, porém, nenhum há que esteja neste caso (*ibidem*: 67).

A monarquia lusitana foi duramente atacada. Uma procissão de homens detestáveis é pintada para o leitor: João IV foi um bastardo, inerte, pusilânime e, pior do que tudo, incapaz de manter vivo o espírito de independência português inaugurado com a Restauração de 1640; Afonso VI, o crápula; Pedro II, responsável por extinguir as Cortes e pelo tratado de Methuen, afundou seu país na escuridão; João V, herdeiro dos vícios e da tirania, entregou Portugal à teocracia monástica, à libidinagem e à desonestidade sem freios; José I, se não tivesse ao seu lado um providencial marquês ilustrado, teria se entregado a sua própria fraqueza, ignorância e nulidade; Maria despejou sua loucura furiosa sobre os gloriosos melhoramentos que Pombal tanto lutara

para alcançar; D. João VI, irresoluto e poltrão, vassalo dos ingleses, hipócrita e estranho aos sentimentos de dignidade, autorizou os crimes de sua corte corrompida.

Uma imagem tão negativa da dinastia bragançina é uma estratégia política do *Libelo do Povo*. A defesa da soberania popular, que vigora nas páginas subseqüentes, tem como base o estabelecimento de um inimigo. No caso europeu, a Santa Aliança encarnava a tirania; no caso brasileiro, a monarquia depravada e seus cortesãos serão os vilões da história. O Brasil foi formado por um ato de soberania popular que se opôs ao colonizador absolutista – o antilusitanismo estará presente em cada página do *Libelo*: Portugal será sempre o atraso, o direito divino, a tirania; o Brasil – representado pelo seu povo – será a luz, a liberdade que luta para desgarrar-se da herança corrompida que os antigos dominadores lhes deixaram. Como mostra Gladys S. Ribeiro num estudo sobre identidade nacional e antilusitanismo, já nas Cortes de Lisboa “a liberdade tornou-se palavra constante na boca dos representantes brasileiros que queriam resguardar a autonomia pátria” (RIBEIRO, 2002: 51); quando a idéia de liberdade chegou aos populares, as pancadarias e desordens que opunham brasileiros e portugueses passaram a ser um elemento essencial na construção da nacionalidade deste lado do Atlântico. O radicalismo liberal se identificou, em muitos casos, com o antilusitanismo popular que tomava o país recém-independente.

Depois do ataque à monarquia lusitana, Timandro, baseado nos princípios da monarquia constitucional defendidos desde os escritos do abade revolucionário Sieyès, afirma que, em 1822, “preferiu a nação a monarquia do mesmo modo que poderia preferir a república de Franklin e de Washington; aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança como aclamaria o Grão-Turco, se fora isso do seu gosto” (Torres Homem, *op. cit.*: 62). Apesar de ser filho dos Bragança, D. Pedro I foi providencial para a jovem nação. Depositário da confiança nacional, o rei no Brasil não deveria agir como seus antepassados portugueses: obra das mãos do povo, o monarca americano tinha de respeitar os princípios estabelecidos no ato soberano, a revolução da independência.

Apesar dos atos grandiosos durante as lutas de independência, Pedro I mostrou logo que as raízes de um Bragança não podiam ser facilmente extirpadas. A dissolução da Assembléia Constituinte foi o primeiro ato da fúria tirânica no Brasil independente.

Houve a usurpação da soberania popular por aquilo, a que a corte designa com diversos nomes – soberania real, direito divino,

prerrogativa, legitimidade, poder hereditário. A nova realeza, saída da lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a, e a absorve em si. É o caso da balada inglesa: o químico concebe o singular projeto de compor uma criatura humana; já os ingredientes reagem e combinam-se no laboratório; forma-se um membro; depois outro; depois outro; enfim um ente vivo palpita e respira. Porém, oh Deus, é um monstro disforme, que lança-se sobre o químico arrependido, o dilacera, e o devora (*ibidem*: 63-64).

A referência à obra de Mary Shelley mostra que, tal qual os letrados europeus, o romântico brasileiro se sentia dentro do turbilhão de transformações políticas e sociais que tomavam o mundo. Ao mesmo tempo em que a história lhe dava a esperança de um dia encontrar a utópica emancipação dos povos, também lhe deixava à mercê de monstros criados pelo seu próprio movimento. A sensação do drama moderno, que foi tão viva na Europa pós-1789, chegava ao Brasil da primeira geração romântica: Timandro sentia que o Brasil também vivia a “era das revoluções”.⁷

Timandro não via, como viam seus compatriotas românticos, o Brasil como um caso *sui generis* na história ocidental. A história do Brasil obedeceria à dinâmica universal. A batalha entre liberdade e tirania se dava aqui, como alhures, entre as forças de uma sociedade de homens livres que desejava se autodeterminar e as forças de um regime ilegítimo que desejava fundamentar seu poder sobre argumentos ultrapassados.

A maioria da sociedade brasileira não estava longe do nível do século XIX; o fanatismo, o gênio da servidão, o embrutecimento e degradação das classes industriais, que em outros lugares abrem passagem às pretensões do mando arbitrário, aqui felizmente não existiam. A resistência e a guerra civil estavam pois contidas como conseqüências indeclináveis no atentado da dissolução da constituinte, e no regime abominável com que em seguida tornou-se cada vez mais flagrante o antagonismo entre o trono e a liberdade, entre o espírito nacional e o interesse recolonizador (*ibidem* : 65).

Um trecho como este soa como uma resposta direta aos românticos, bem conhecidos por Torres Homem, que legitimavam a ordem saquarema pela construção de uma imagem do Brasil como país idiossincrático. Timandro foi o homem que pertencera à panelinha de São Cristóvão e que, de súbito, se tornara um radical: o que ele fez, quando abandonou o conforto do paço e se transformou em panfletista incendiário, foi colocar o Romantismo que apreendera nos tempo de Paris a serviço do radicalismo Santa Luzia. Timandro era inimigo das concepções saquaremas de poder; a comunidade

política brasileira, no *Libelo do Povo*, não se circunscrevia aos “homens bons”, mas englobava o conjunto de homens livres, a temida malta baderneira que os estadistas conservadores gostariam de ver extirpada da política nacional.⁸

As pancadarias e desordens que refletiam o nascente nacionalismo do populacho aparecem recorrentemente no *Libelo* com conotação positiva: “a revolução de Abril pôs remate, precedida das fogueiras e garrafadas de Março, aos últimos auxílios da facção lusitana em prol da causa amiga” (*ibidem*: 74). Pedro I, por ter se curvado ao despotismo de matriz lusitana, fora expulso por uma revolução que retomou o espírito da Independência. Preparada pelas arruaças da malta, a Abdicação colocou fim ao governo daquele que se recusara a abraçar o povo que lhe entregara um trono na América.

Livre do filho de D. João VI, o país pôde ser recolocado no caminho que escolhera. Mesmo a contragosto da corte – acostumada ao favoritismo dos tempos dos Bragança, às premiações sem mérito, aos choros e sorrisos hipócritas dos reis, à pompa afetada dos banquetes palacianos, ao desrespeito e às violências contra o povo, às genuflexões, aos beija-mãos etc. –, a Regência foi capaz de reorganizar o país. A imagem que Timandro faz dos primeiros regentes, e principalmente de Feijó, remete a George Washington, a quem admirava e denominara “modesto plantador da Virgínia”: “os regentes, cidadãos mui singelos, tinham a ingenuidade de supor, que valiam menos que o país, e cingindo-se às direções da opinião pública, limitavam-se a cumprir sua tarefa de perfeito acordo com ela” (*ibidem*: 76). Homens simples e imbuídos do espírito democrático, os regentes respeitaram a representação nacional e serviram ao povo. Opostos ao governo do privilégio, os regentes incentivaram o espírito patriótico verdadeiro no seio da nação brasileira.

“A primeira regência, governo eletivo e inoculado pela revolução do espírito do povo” (*ibidem* : 81) foi responsável por organizar a anarquia e a pobreza legadas pelo governo precedente. Se houve contestações ao início do regime regencial, foram acidentados encorajados pela ignorância de alguns poucos; não obstante, frente aos tumultos que se seguiram à Abdicação, a resposta da Regência buscou colocar as coisas em seus devidos lugares: “promovendo pela moderação de seu proceder o arrefecimento das paixões, e a conciliação dos ânimos” (*ibidem*: 83), o governo regencial se distanciava da truculência dos governos monárquicos que o precederam e daquele que

logo o sucederia. Os primeiros regentes conciliaram-se com o povo brasileiro, não o destruíram como fizera D. Pedro I em relação à Confederação do Equador.

O governo da Regência, contudo, foi tomado pela tirania de um defensor da política reacionária. Baseado na fraude, na avidez e na mais aviltante transação, o Regresso conduzido por Pedro de Araújo Lima veio reinstaurar a corrupção generalizada dos tempos dos Bragança. A reação contra o princípio liberal firmou-se com a Lei de Interpretação do Ato Adicional, que sufocou as províncias em desacordo com a Constituição. O projeto nacional dos regressistas se contrapunha às tendências federalistas mais avançadas presentes no extenso território nacional. Timandro explicava a dificuldade de se pacificar o Rio Grande do Sul pela insistência de Araújo Lima na centralização: quando da ascensão dos regressistas, “nunca a rebelião de Piratinim ganhou mais brilhantes sucessos” (*ibidem* : 91).

O fantasma da desagregação nacional voltava a rondar as paragens brasileiras entre os fatídicos anos de 1838 e 1840, quando, num movimento revolucionário, o partido da liberdade apostou no príncipe menino “que viria desassombrar a terra de Judá da opressão dos satélites de Atalia.” (*ibidem*: 92). Logo, porém, a esperança liberal se mostraria uma *journée des dupes*. Oito meses depois do Golpe que devolvera o país à justiça e à ordem constitucional, os liberais foram colocados de lado e a facção defensora do privilégio, do absolutismo e da recolonização voltou ao poder. Servindo-se da mesma mobília de seu pai, Pedro II declarava guerra àqueles que o haviam erguido.

O novo reinado constituía-se solidário e continuador do antigo, riscava de nossa história o grande fato da revolução, que os devia separar e discriminar; inutilizava o tempo, os acontecimentos, o caminho andado: e restaurava o passado, não só com suas deploráveis tradições, e tendências, mas até com seus homens, com seus erros e seus crimes! Não podia ser mais completa a decepção da expectativa do país... (*ibidem* : 94).

A reforma do Código Penal retirou do país o direito fundamental à liberdade, o direito da população ser ouvida passou a ser flagrantemente desprezado, mudanças na lei eleitoral ultrajaram o regime representativo, a espionagem levantou suspeitas contra os mais honestos cidadãos, o recrutamento seguiu métodos ferozes e devastou cidades inteiras de seus melhores homens... Frente a tamanho ultraje, Timandro constatava, em

tom de lamúria, que mesmo “nossos pais nunca sofreram tão profunda humilhação da administração colonial...” (*ibidem*: 95).

Estava preparado o cenário para os levantes dos liberais de Minas e São Paulo, “a quem uma série de insultos e atrocidades chamara às armas e à resistência.” (*ibidem*: 97) Naquele momento, à força que lutava pela liberdade e pela legalidade, à força que tomou em suas mãos a santa revolta do povo, se opôs a carnificina, o saque, a pilhagem e a violação da Constituição por parte dos regressistas. Não obstante, “em toda a parte houve ovações, e apoteoses em nome da justiça nacional para a resistência movida ao poder faccioso e perjuro, que rasgara a constituição e violara seus primeiros deveres” (*ibidem*: 97): os brasileiros continuavam a almejar a liberdade...

Para felicidade da nação humilhada pela política do Regresso, em 1844, cansado das vaidades da oligarquia que o cercava, Pedro II trocou os portadores do poder e “o Partido Santa Luzia (...) não hesitou em prestar sua franca cooperação a essa política, que se inaugurou com as cores da liberdade” (*ibidem*: 97-98). Em pouco tempo foi apagado o incêndio que devastara por uma década a província do Rio Grande do Sul, a crise financeira foi vencida pela competência dos estadistas liberais, a harmonia entre o ministério e Câmara foi restabelecida, o regime representativo voltou a vigorar, as liberdades foram novamente entregues à população... enfim, a integridade do Império ficou a salvo do desmando e do descaso dos anos de dominação saquarema.

Todavia, a liberdade não pôde se estabilizar: o boicote conservador e os favoritismos do imperador começaram a corroer os princípios legais. O regime representativo era desrespeitado por ministérios formados de retalhos, sem coesão e sem coerência. A Câmara dos deputados, legítima representante do povo, ficava entre a sujeição humilhante e a revolta que levaria o país, novamente, à guerra civil; enquanto isso, os apóstolos do absolutismo, com quem Pedro II havia feito as pazes, disseminavam a discórdia. Amargurado pela situação de seus partidários, Timandro confessava que “aquilo, de que não havia ainda exemplo nas monarquias modernas, a criadagem da casa do rei ultraja impunemente os depositários do governo da nação, estava reservada a esta triste época” (*ibidem*: 101). Temendo o pior, os membros do Partido Santa Luzia sucumbiram diante do assédio da oligarquia absolutista.

A volta dos conservadores ao poder em 1848, na figura tenaz de Araújo Lima, o Metternich brasileiro, dá ensejo para que Timandro novamente ataque os portugueses.

Porém, desta vez, o ataque não visa a dinastia bragantina, visa o monopólio do comércio. De acordo com o *Libelo*,

enquanto milhares de Brasileiros obscuramente vegetam sem ocupação, sem carreira, sem posição, eles aqui encontram o Eldorado, os meios de uma opulência rápida e fácil; para os Portugueses, as premissas da produção, os pontos dourado, a importância e influência que dá o dinheiro; para nós outros, os espinhos, o serviço militar, o imposto do sangue, as fadigas ingratas e estéreis, a miséria e o hospital! (*ibidem*: 113).

Esta peça de chauvinismo não era característica apenas do Romantismo exaltado de Timandro. Muitos foram os brasileiros que, sentindo-se explorados pelos comerciantes portugueses, promoveram quebra-quebras nacionalistas. Segundo o autor do *Libelo*, aquela era uma questão palpitante e os motins antilusitanos que haviam estremecido a corte no dia 7 de setembro de 1848 eram resultado natural da injustiça impingida ao povo brasileiro. Argumentava ele que “nada de grave e sinistro tinha havido naquelas demonstrações populares, aliás tão comuns entre os povos livres em dias de eleição, e cuja odiosidade era aqui até certo ponto atenuada pelo proceder pouco circunspecto dos Portugueses” (*ibidem*: 114). Entretanto, o pronunciamento natural da nacionalidade brasileira acabou sendo exagerado pela fúria absolutista. A vingança por parte dos conservadores veio através de sua união com o elemento estrangeiro. Fato normal, segundo o panfletista, “porque todo o ensaio absolutista no Brasil é igualmente recolonizador” (*ibidem*: 116).

A última parte do *Libelo do Povo* é intitulada *Restauração dos saquaremas – reação contra os liberais – revolta de Pernambuco – crise do país – conclusão*. Timandro faz uma leitura do presente do Brasil: a histórica luta entre tirania e liberdade chega aos seus dias. O tempo da narrativa se condensa, se torna mais lento e pesado, os acontecimentos reencenam toda a tragédia da história moderna e a liberdade e a tirania se chocam em mais uma batalha terrível, a batalha dos praieiros.

O programa conservador visava manter a máquina infernal que aniquilaria o espírito da liberdade, era “imperar pelo terror e pela carnagem” (*ibidem*: 118). Torres Homem tinha consciência do fato da dominação saquarema se estabelecer, mesmo a custo de muito sangue, para matar o espírito de agitação popular e construir um Brasil em que apenas aos “homens bons” caberia fazer política. De uma maneira apaixonada,

Timandro mostrava aos seus contemporâneos que o projeto político dos conservadores brasileiros era um projeto excludente. Os saquaremas, como já mostrou o historiador Ilmar R. de Mattos, visaram aniquilar no Brasil o espírito do século ou, na expressão consagrada por Hobsbawm, da “era das revoluções”. O intuito de homens como Araújo Lima era impedir que o princípio da soberania popular vigorasse nas terras de Pedro II. Timandro explicitava as intenções saquaremas, no panfleto de 1849, ao analisar a repressão à Revolução Praieira.

Era-lhes [aos saquaremas] preciso perseguir, aterrar, conquistar pelas armas nossas províncias uma a uma; e a de Pernambuco foi escolhida para o primeiro ensaio; ela possuía tantos títulos a esta preferência! Sua deputação havia mostrado tamanho empenho e temeridade em fazer da independência uma realidade, elevando a condição do Brasileiro à altura do Português na concorrência do comercio e da indústria! Tinha essa província eleito por duas vezes para senadores candidatos odiosos à oligarquia vitalícia, afrontando seus decretos, e desprezando apelos à resistência, que da tribuna lhe eram dirigidos pelo visconde de Olinda [Araújo Lima], atual presidente do conselho. Lamentáveis conflitos haviam também ali ocorrido entre Brasileiros e Portugueses, em que estes últimos foram maltratados; era justo que Pernambuco expiasse com rios de sangue semelhantes atentados (*ibidem*: 118-119).

Através de uma maquinação imoral, os conservadores prepararam seu domínio opressivo. Compeliram os pernambucanos à revolta para poder, no momento de desespero da província rebelde, exterminar seu espírito libertário a ferro e fogo.

As novas autoridades policiais de Muribeca, Olinda, Iguarassú, Santo Antônio, Escada, Goiana, Nazaré, Ipojuca, Pau d’Alho, confiadas a monstros cobertos de crime, e inimigos figadais do partido proscrito ultrapassam em excessos os horrores da tirania moscovita na triste Polônia, ou as barbaridades do fanatismo turco contra os Helenos. A sua nomeação equivalia a dizer-lhes – aqui tendes o poder e as armas; eia, vingai-vos! Pois bem! As feras vingam-se à sua maneira; as prisões, as buscas, os recrutamentos multiplicam-se por toda a parte; e cada prisão é um assassinato, cada busca um saque, cada recrutamento um suplício (*ibidem*: 120-121).

Ultrapassados, os cidadãos pernambucanos reagiram com hombridade ao governo faccioso e sanguinário: contra a força da tirania, a força da liberdade tinha de se impor, mesmo que isso custasse a vida de muitos cidadãos. Se era o conflito o que desejavam os saquaremas, os defensores da soberania popular não podiam hesitar em dar batalha.

O que os liberais pleiteiam hoje nas margens do Beberibe debaixo do fogo da metralha, não é um interesse local; é a causa do direito geral, e do interesse comum; as liberdades do Brasil inteiro estão lançadas na mesma balança, em que ora pesam os destinos de Pernambuco. Ele foi a primeira vítima arrastada ao altar do sacrifício; e se sucumbir em sua resistência magnânima, igual sorte aguarda as demais províncias, onde ninguém se reputará seguro contra o furor da proscricção (*ibidem*: 124).

Em Pernambuco, entre 1848 e 1849, se desenrolava um dos episódios mais dramáticos da história do Brasil. Segundo o historiador Amaro Quintas, a Praieira foi muito mais do que uma guerra entre facções políticas pernambucanas, representou uma rebelião de cunho político e social que tendeu a um radicalismo jamais visto por estas terras, “sobretudo depois que a Revolução de 1848 explodiu, em fevereiro, em Paris, lançando uma nova perspectiva para o mundo, integrando-o naquilo que se chamou *le printemps des peuples*” (QUINTAS, 1967: 231). As palavras inflamadas do *Libelo do Povo* refletiam o alarma da população brasileira na peleja contra a tirania – quando o escritor liberal via a ação dos rebeldes praieiros, se colocava, através das letras românticas, ao lado da mobilização popular contra a dominação saquarema.

Depois da análise do seu tempo, se questiona Timandro: “onde estão as portas da saída desta desgraçada situação?” (Torres Homem, *op. cit.*: 124). Para que se compreenda a resposta dada a tal pergunta, é necessário compreender a leitura que o autor fazia do problema central da política brasileira. Na visão do panfletista, prevalecia no Brasil o nefasto dogma de que

o monarca é tudo, e a nação nada; (...) dogma subversivo e fatal, que destruiu toda a estabilidade, toda a força, toda a virtude, toda a racionalidade do sistema de nosso governo submetido aos intermináveis vaivens do capricho individual; e fez da monarquia representativa no Brasil uma comédia de mau gosto. Quando não é um drama sanguinolento (*ibidem*: 108).

A Constituição do Império era a todo o momento desrespeitada pela vontade do reposteiro e pelas vaidades da corte. A opinião pública, a todo o momento ignorada por vontades mesquinhas, tendia a atrofiar-se ou a explodir em rebeliões. Segundo o liberalismo presente no *Libelo*, a soberania nacional, nascida e fixada no mundo civilizado a partir de 1789, deveria residir na escolha livre dos cidadãos através de eleições e no pronunciamento de uma imprensa independente. Por isso, Timandro levanta a questão: Que direito teria de falar pelo povo um homem que nada mais

representava do que um milionésimo dos membros do pacto político? Teria um só brasileiro todas as luzes, sendo que o resto se comporia de idiotas?

Não; responde Timandro, a simples qualidade de imperador não é desigualdade natural, como o é o gênio, a beleza, o heroísmo, a ciência, e a virtude. O seu poder é emprestado, convencional, subordinado ao parecer e à vontade da nação, que é a origem de sua superioridade artificial, e na qual exclusivamente reside força real, a majestade verdadeira, e o poder sem condições. Só ela é soberana; só ela é augusta; só ela é perpétua; é perante ela que os reis devem inclinar-se respeitosamente. A supremacia do nascimento, e do direito divino, é a teoria incompreensível e absurda do cortesão; a soberania do povo é a única confessada pela civilização, pela justiça, pela consciência do gênero humano (*ibidem* : 110).

O espírito democrático, fruto do século, obrigava as monarquias das nações avançadas a se submeterem ao desejo do seu povo, pois “o tempo dos prestígios fundados na simples imaginação foi-se para não mais voltar” (*ibidem*: 110). A única monarquia da América corria o risco de desaparecer se não se adaptasse ao século, se mantivesse a concepção saquarema de que a maioria dos brasileiros deveria viver excluída da participação política. O povo brasileiro, real soberano, não se submeteria por muito tempo à humilhação das vontades de um mero rei, caricatura de monarca absoluto, e de sua corte de bufões. A crise de 1848-1849 levava o regime imperial à beira do abismo.

O quadro nascido da dominação do Visconde de Olinda e de seus comparsas era uma nação envilecida. “O entusiasmo extinto; o torpor do egoísmo percorrendo gradualmente, como a frialdade do veneno do coração às extremidades, e amortecendo as carnes mórbidas de uma sociedade, que supura e dissolve-se... tal o estado do Brasil!” (*ibidem*: 125). O país já não via mais a esperança, outrora viável, da solução por uma simples troca de partidos no poder. Uma mudança maior tinha de ocorrer antes que o bafo pútrido do Regresso dissolvesse de vez a comunidade política nacional. Sendo assim, o autor clama em tom desesperado:

Quem nos salvará desta gangrena social, a que a política anti-progressista condenou-nos? Quem salvará a liberdade das perseguições brutais e sistemáticas do governo do privilégio? Quem fará da exceção a regra, do Brasileiro um cidadão, e das forças de todos, a base do gênio do Estado? Quem? (*ibidem*: 125).

A resposta chega de forma imediata e concisa: “o ato da soberania nacional, que nomear uma assembléia constituinte!” (*ibidem*: 125) O panfletista elege a nação como o herói que salvará o Brasil – a mesma nação que em 1822 fizera a Independência, em 1831 expulsara Pedro I, em 1842 se levantara em Minas e São Paulo e que agora, em 1848, derramava seu sangue em Pernambuco – a nação formada pelo conjunto de homens livres, pobres ou ricos, instruídos ou não. Quando propõe a solução para o problema brasileiro, Timandro remete a toda narrativa histórica que construíra até então. Nas últimas linhas do *Libelo*, ele retoma a idéia de um país fundado pela revolução:

Quando raiará o dia da regeneração? Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; a revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do poder arbitrário; a revolução que não poderão conter nem as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações; revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania! (*ibidem*: 126).

A luta entre tirania e liberdade se resolveria, em benefício desta, se a revolução que fundara a pátria fosse revivida. A opinião pública havia de vigorar, pois ela guardava o espírito da nova era. Uma nova constituição, que combatesse a usurpação da soberania popular pelo reposteiro e pelos saquaremas, era a única solução apontada por Timandro: o radicalismo do escritor romântico refreava em favor de uma saída pacífica para a crise... Pacífica, mas nem por isso fechada a grandes transformações: o panfletista não revelava como deveria ser a nova constituição, era o povo brasileiro o encarregado de definir o seu caminho rumo à liberdade – as idéias de democracia, república e mobilização popular haviam sido levantadas durante o percurso construído no *Libelo* e eram elas que deveriam guiar a ação dos brasileiros.

O panfletista liberal do Brasil-Império se imbuíu de princípios do Romantismo utópico que tomaram escritores europeus como Michelet, Mazzini e Mickiewicz; Romantismo que nascera do espírito de 1789 e que partilhava, nas palavras do historiador Robert Darnton, “a conviction that the human condition is malleable, not fixed, and that ordinary people can make history instead of suffering it.” (DARNTON, 1989: 20). Torres Homem, no escrito de 1849, defendeu um ponto de vista

completamente antagônico ao que defendiam seus contemporâneos românticos no Brasil: Timandro compreendeu a política como algo que ia além das decisões de reis, ministros, parlamentares e diplomatas... A ordem deveria se estabelecer a partir da ação livre dos homens comuns. Timandro foi um escritor romântico, partidário entusiasmado de uma utopia que ficou para a história como a “utopia do povo-nação”.⁹

Se, para o Romantismo saquarema, o Povo, membro da comunhão política, era representado apenas pelos “homens bons”, ou seja, pelos políticos, letrados e proprietários do Império; para o Romantismo combativo de Timandro, o portador da soberania era a malta que pegava em armas à beira do Beberibe e levava a cabo a Revolução Praieira, a malta que se expressara tantas vezes nos quebra-quebras antilusitanos e nos levantes liberais. O povo brasileiro, segundo o liberalismo rebelde do *Libelo*, se opunha à criadagem dos paços, à oligarquia ávida por riqueza e poder, ao lusitanismo dos ministros dos Bragança, à corte cheia de vaidades e sedenta de sangue. O povo brasileiro, através de sua participação nos tumultos que tomavam as ruas do Império, inseria o país no concerto das nações livres do século XIX. O Brasil, de acordo com Timandro, vivia no mundo das revoluções modernas e por elas deveria expurgar o mal absolutista encarnado na monarquia bragantina e nos seus corruptos vassallos.

Notas

* Mestrando em História na Universidade de São Paulo. E-mail: rsaba12@gmail.com

¹ Segundo Antonio Candido, os primeiros românticos do Brasil são aqueles que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, na criação e no desenvolvimento de três revistas: a *Nitheroy* (1836), a *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e a *Guanabara* (1849-1855). (Cf. CANDIDO, 2007: 367)

² A plebe foi retratada por muitos pensadores importantes do Império como um setor da sociedade que, a um só tempo, não possuía a independência das classes proprietárias e nem era submissa às classes superiores como o eram os escravos. Composta majoritariamente por brancos e mulatos empobrecidos ou por ex-escravos e seus descendentes, essa classe de homens serviu, segundo o entendimento da elite imperial, como massa de manobra nas mãos de lideranças locais que, cheias de oportunismo e más intenções, rebelaram-se contra a ordem imposta pela monarquia constitucional. Uma das análises mais significativas sobre o comportamento político da plebe no Império foi feita por Gonçalves de Magalhães no seu relato sobre a Balaiada. (MAGALHÃES, 2001)

³ A melhor biografia de Francisco de Sales Torres Homem ainda é de Raymundo Magalhães Júnior. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956)

⁴ A expressão é de Brito Broca. (Cf. BROCA, 1979)

⁵ Sobre o movimento abolicionista popular da década de 1880, consultar: MACHADO, 1994.

⁶ Reposteiro, pessoa encarregada da guarda do serviço da mesa, é a denominação que Timandro se utiliza para referir-se a D. Pedro II.

⁷ A expressão, não é necessário dizer, foi consagrada pelo historiador Eric Hobsbawn para tratar de um período em que o ímpeto revolucionário foi endêmico no mundo ocidental. (Cf. HOBBSAWN, 1967)

⁸ O problema da escravidão é uma notável ausência no *Libelo do Povo*, já que em nenhum momento Timandro discute a inserção (ou a não-inserção) dos cativos na ordem política liberal que defende. Contudo, Torres Homem já havia escrito na revista *Nitheroy*, em 1836, as “Considerações econômicas sobre a escravatura”, onde argumentava que o regime de trabalho difundido no Brasil apresentava efeitos deletérios para a vida econômica e política do país. Sendo assim, tal qual José Bonifácio ou Hipólito da Costa antes dele, Torres Homem foi um defensor da gradual emancipação e da gradual inclusão do elemento cativo na sociedade brasileira. (Sobre este escrito, consultar: RICUPERO, 2004: 93)

⁹ Sobre a utopia do povo-nação para os românticos, consultar: SALIBA, 2003: 60-77.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdeir L. de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas da formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

BROCA, Brito. *Românticos, Pré-românticos, Ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Jornal de Timon*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARNTON, Robert. "The revolutionary character of the French Revolution" In: *Coleção Documentos do Instituto de Estudos Avançados, USP. Série Colóquios 1789 – Sombra e Luzes*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, p. 1-20, novembro de 1989.

HOBBSBAWN, Eric. *The Age of Revolution. 1789-1848*. Nova York: New American Library, 1962.

_____. *A Era do Capital (1848-1875)*. Tradução: Luciano Costa Neto. 8.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. 5.ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

QUINTAS, Amaro. "Nordeste" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: dispersão e unidade*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1967.

RIBEIRO, Gladys S. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALIBA, Elias Thomé. *As Utopias Românticas*. 2.ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SCHWARCZ, Lília M. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SQUEFF, Letícia C. *O Brasil nas Letras de um Pintor: Manoel Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. Dissertação de Mestrado em História Social. FFLCH/USP, 2000.

Recebido em dezembro de 2008. Aprovado em junho de 2009.